

APRESENTAÇÃO

“Propriedade, família, religião, ordem”: esse era o lema, de acordo com Marx, no 18 Brumário de Luís Bonaparte, da reação contrarrevolucionária de junho de 1848, quando “todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária”, contra a revolução social. A “falange sagrada da ordem” emergia para combater a mais elementar tentativa de reivindicação reformista, “estigmatizada como ‘socialismo’”. Esta passagem parece se aproximar ou anunciar algumas situações por que atravessamos no Brasil e na América Latina recentemente e que são tratadas neste dossiê de História e Luta de Classes.

Como se verá, a edificação da chamada nova direita no caso brasileiro não foi repentina, tampouco se deu na penumbra. Foi um processo que teve seu preâmbulo na redemocratização da década de 1980, adquirindo maior musculatura, desenvoltura e amplitude no cenário político nacional nos últimos anos. Na dinâmica da luta de classes ao longo do período, a profusão de ideias e programas neoliberais, emplacados como “modernizantes” pelos dominantes, operou numa simbiose com (e através de) setores conservadores e reacionários, sedimentando uma sociabilidade liberal de cunho devastadoramente imperialista, antidemocrático e antipopular.

Mas é sempre importante lembrar que, entre os marxistas, “direita” não expressa um feixe de ideias e valores morais conservadores, reacionários ou retrógrados e aristocráticos, de um campo político e de governos antipopulares, autocráticos e (ultra)liberais separado de um chão material que lhe é constitutivo: as classes sociais dominantes, organizadas em seus aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, igrejas, jornais, escolas, entidades ou associações de distintas origens e objetivos, ou mesmo páginas em Facebook etc) que constituem a sociedade civil. Tais ideias e valores expressam formas de organizações das vontades coletivas, de visões de mundo, de consciência social, em suma, interesses materiais de classe num dado estágio organizativo e de relações de forças.

Na esteira da teoria de Antônio Gramsci acerca do “Estado integral”, relevantes pesquisas vêm mostrando que se as formas de dominação burguesa no Brasil jamais se afastaram *do seu conteúdo* autocrático, tampouco elas embarçaram as formas de obtenção de consenso de amplos grupos subalternos, postas em prática através da expansão de uma rede associativista empresarial de múltiplas facetas. Munidas cada vez mais de um sofisticado e desmedido aparato judicial/repressivo - com carta branca das “autoridades” para “democratizar” a barbárie antes apenas restrita aos moradores das favelas das grandes metrópoles (como ocorreu com a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes, dentre inúmeros outros casos) -, a hegemonia política também é operacionalizada pelas classes dominantes por meio de trincheiras e casamatas, estruturas organizativas empresariais construídas na sociedade civil, dentre outras dimensões, para: i) educar a si própria, sedimentando sua autoconsciência de classe através do discernimento de um conjunto não negociável de interesses; ii) educar a classe trabalhadora, disseminando uma sociabilidade burguesa voltada aderir a um horizonte finito de expectativas em si desumanizadoras e, a todo tempo, procurando decapitar (criminalizar ou converter) preventivamente qualquer emergência de um sujeito político coletivo revolucionário; iii) introduzir no aparelho de Estado seus projetos particulares, conformando-os em políticas públicas *como se fossem* emanadas do governo eleito pelo sufrágio.

Nesse sentido, é possível dizer que a nova direita, como expressão do campo político-ideológico das pautas contrarreformistas das frações do grande capital

monopolista, utiliza-se da tática de exasperar quaisquer saídas que apontem para o redistributivismo (tal qual nas palavras de ordem da reação denunciadas por Marx no *18 Brumário*), e aproveita-se do aumento do desencanto, do descontentamento, da vulnerabilidade e da pauperização social para agregar e explanar discursos, programas e práticas de ódios.

As relações entre Estado e sociedade civil no Brasil nos últimos vinte anos se configuraram através da *ampliação* da introjeção de aparelhos privados de hegemonia empresariais no âmbito do próprio aparato estatal. Seja sob o formato de suposta “democratização participativa das decisões” (através de conselhos, conferências e fóruns), seja por meio de agências estatais abertas para abrigar setores patronais inteiros, o fato é que projeto de conciliação de classes não apenas irrigou, mas turbinou, através de vários mecanismos, instrumentos, programas e práticas, a ascensão de setores da nova direita organizados nesses aparelhos de hegemonia. Este processo se deu com peculiaridades nacionais, em diversos países latino-americanos, sob os governos reformistas da chamada “onda rosada”. Em muitos casos, tais governos desmobilizaram bases organizadas das classes trabalhadoras, adequaram à perspectiva de colaboração de classes estruturas organizativas por elas constituídas e executaram contrarreformas que os governos estritamente neoliberais já não conseguiam mais impor. O “reformismo fraco” que caracterizou tais governos possibilitou determinados ganhos no curto prazo aos trabalhadores, com a valorização do salário mínimo, o aumento dos empregos formais e a implantação de políticas de redução das desigualdades, geralmente administradas de maneira focalizada. Em um contexto de expansão capitalista, tais políticas permitiam atender, de forma precarizada, parcelizada e ressignificada, a exigências impostas pelas lutas populares ao longo dos anos, mas adaptando-as às exigências da dinâmica de reprodução do capital, o que exigiu formas brutais de supressão de direitos universais, de aprofundamento da subsunção real dos trabalhadores ao mercado e de subordinação ao Estado.

O acirramento dos efeitos da crise econômica internacional na América Latina nos últimos anos levou as classes dominantes locais a romperem com qualquer política conciliatória e a exigir novos patamares de exploração e a retirada dos direitos que restavam aos trabalhadores, encerrando qualquer possibilidade de uma conciliação de classes com ganhos efetivos (ainda que limitados) às classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, politicamente isto implicou no incremento da criminalização dos movimentos sociais, na radicalização dos discursos ideológicos reacionários e na reconfiguração restritiva da democracia, inclusive com o recurso a Golpes de Estado, como se deu em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Este processo é abordado, sob distintos aspectos e perspectivas, nos artigos que constituem o dossiê *Direita e classes dominantes no capitalismo contemporâneo*, publicado neste número reúne dez artigos e contempla o seguinte repertório de análises:

No artigo *Ampliando e Privatizando o Estado: o Binômio Embrapa – Abag*, Sonia Regina de Mendonça discute as disputas internas às classes dominantes presentes na construção da política de pesquisa agropecuária fomentada pela Embrapa, concluindo que, com a criação da Associação Brasileira de Agrobusiness (Abag) nos idos dos anos 1990, fortaleceu-se no seio da própria Embrapa o “*processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional*”.

No segundo texto do dossiê, *Dominação Burguesa e os Aparelhos de Doutrinação da Nova Direita no Brasil Contemporâneo*, Flávio Henrique Calheiros Casimiro analisa a história, a composição e as ideologias difundidas por diferentes tipos de “aparelhos privados de hegemonia de ação doutrinária”, criados pelas classes

dominantes no Brasil. O autor examina tanto entidades fundadas nos anos 1980, como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e o Fórum da Liberdade, como organizações mais recentes, constituintes de uma nova direita, entre as quais se destacam: o Instituto Millenium, o Instituto Von Mises Brasil, os Estudantes Pela Liberdade (EPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL). A despeito de observar a heterogeneidade ideológica dessas entidades, Casimiro conclui que elas têm contribuído para atualizar e reconfigurar a dominação burguesa no país.

Na sequência, Anderson Tavares discute, em *Reforma de Estado no Brasil e a atuação da sociedade civil*, como o tema da eficiência passou a ganhar terreno nas agências estatais a partir da Reforma Administrativa realizada pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) no contexto do governo FHC e liderada pelo então ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira. De acordo com Tavares, esse processo teve novo impulso com a criação do Movimento Brasil Competitivo (MBC), em 2001, que foi importante para dar sequência à reforma administrativa e materializar tal proposta quatro anos depois em estados e municípios por meio do Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP), criado pelo MBC, e do Gespública – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, formulado pelo governo federal.

O quarto artigo do dossiê *Democracia para o capitalismo na América Latina: o papel da Plataforma Democrática (2007-2018)*, de autoria de Diego Martins Dória Paulo, foca na discussão sobre a Plataforma Democrática, entidade criada em 2007 a partir de iniciativas conjuntas do Instituto Fernando Henrique Cardoso e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, que tem produzido uma série de debates e publicações com o alegado objetivo de defender os regimes políticos democráticos e, com isso, promover o “desenvolvimento” na América Latina. No entanto, como observa criticamente o autor, o papel da Plataforma Democrática tem sido o de difundir o senso comum que representa os interesses da burguesia brasileira transnacionalizada e associada ao imperialismo nos países latinoamericanos, objetivando assumir assim o papel de direção no continente.

No artigo *Instituto Ludwig von Mises Brasil: formas de ação e rede extrapartidária*, Raphael Almeida Dal Pai analisa como este Instituto, criado em 2007, tornou-se uma peça importante para a difusão no país do pensamento da Escola Austríaca de Economia que se funda na ideia de “livre mercado” sem interferências do Estado, ordenamento social no qual “o mercado seria o único regulador das relações sociais”. Além disso, o autor procura sustentar a hipótese de que o Instituto Ludwig von Mises Brasil é formado por três frentes de atuação: “o ‘Estado-maior’ (membros que possuem cargos na administração das ações do IMB e presidência, bem como demais membros, dispostos no *site* como ‘especialistas’ do Instituto); os membros da revista acadêmica e os professores do curso de Pós-Graduação em Escola Austríaca (PGEA)”.

Dois artigos do dossiê discutem a implementação e as propostas de contrarreformas educacionais. No primeiro deles, *A ofensiva ultraconservadora: uma análise da formação e atuação da frente de direita na educação brasileira*, Luiza Rabelo Colombo e Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa apontam para a formação de uma frente de direita na educação com ramificações transnacionais, cuja principal expressão é o movimento Escola Sem Partido, constituindo-se com importante instrumento de recomposição burguesa no país. No segundo texto sobre educação, *As contrarreformas educacionais na América Latina a partir da década de 1990: Brasil e Chile*, a partir do exame de bibliografia especializada, de documentos elaborados pelo Banco Mundial, de matérias da mídia e vídeos de propaganda, Graciella Fabrício da Silva procura compreender as bases ideológicas das contrarreformas educacionais realizadas nos dois países latinoamericanos mencionados no título do artigo. Conclui a autora que, nesses

dois países, as contrarreformas educacionais buscaram atingir dois objetivos principais: manter a hegemonia das classes dominantes e tornar a educação num importante instrumento de ampliação de valor, especialmente a partir da adoção de iniciativas como a padronização curricular, o incentivo material através de bônus, a avaliação externa e o fomento ao setor privado com recursos públicos.

No artigo *De joia da Coroa a inimigos públicos número um: Hayek, Thatcher e a legislação antissindical no Reino Unido dos anos 1980*, Thiago Romão de Alencar afirma que a legislação sindical aprovada pelo governo de Margareth Thatcher estava em plena sintonia com a concepção antissindical presente no pensamento neoliberal de Friedrich Hayek. Como observa Alencar, as medidas antissindicais de Thatcher contribuíram para enfraquecer o movimento operário, atingindo sua organização sindical e impactando sua principal organização político partidária: o Partido Trabalhista, que deixaria de ter a partir dos anos 1990 os vínculos orgânicos com os sindicatos constituídos desde sua fundação.

No penúltimo artigo do dossiê intitulado *Guerras Culturais ou Luta de Classes? A face atual do anticomunismo*, Carla Luciana Silva discorre sobre a ofensiva do anticomunismo militante na conjuntura atual e os usos que este movimento tem feito de expressões antigas como “marxismo cultural” e “guerra cultural” com vistas a ocultar a luta de classes, promover o combate ideológico sem admitir-se ele próprio como ideológico, conceber o capitalismo como forma de sociabilidade intransponível e execrar qualquer tipo de alternativa política a esse modelo de sociedade.

Por fim, no artigo *Direita e Esquerda política: algumas considerações*, Wilson da Silva Santos debate as linhas divisórias entre esquerda e direita, identificando alguns traços de sua evolução histórica e procurando demonstrar como a partir da imbricação entre fins e meios se situa a relação entre ações de partidos e movimentos de esquerda e de direita e correlação de forças entre classes subalternas e classes burguesas.

A presente edição complementa-se com a publicação de duas resenhas críticas. A primeira, elaborada por Carlos Fernando de Quadros, trata do livro *Edição e revolução*: leituras comunistas no Brasil e na França, organizado por Marisa M. Deaecto e Jean-Yves Mollier; já a segunda, redigida por Marcio Lauria Monteiro, discorre sobre a obra de Kevin Murphy intitulada *Revolution and Counterrevolution: class struggle in a Moscow metal factory*.

Em sua primeira edição, há treze anos, a Apresentação *História & Luta de Classes* iniciava referindo-se à barbárie neoliberal e à hegemonia conservadora. Ao longo das 25 edições publicadas até aqui, inúmeras vezes publicamos artigos que tratam destas temáticas – como pode ser visto em www.historiaelutadeclasses.com.br –, às quais agora é dedicado este urgente e necessário dossiê.

Setembro de 2018

Gilberto Calil
Editor

André Guiot
Danilo Enrico Martuscelli
Gilberto Calil
Demian Melo
Coordenadores do dossiê